

Comunicação Social: Jornalismo e Comunicação Empresarial

Licenciatura, 1º Ciclo

Plano: Despacho n.º 428/2023 de 09/01/2023

Ficha da Unidade Curricular: Direito e Ética de Comunicação

ECTS: 4; Horas - Totais: 108.0, Contacto e Tipologia, TP:28.0; OT:2.0;

Ano | Semestre: 2 | S2

Tipo: Obrigatória; Interação: Presencial; Código: 8297124

Área Científica: Ciências Sociais

Docente Responsável

Hália Filipa da Costa Santos

Professor Adjunto

Docente(s)

Hália Filipa da Costa Santos

Professor Adjunto

Cláudia Liliana Sousa Rosa Henriques

Professor Adjunto Convidado

Objetivos de Aprendizagem

1. Na componente da Ética, enquadrar e analisar temáticas transversais ao exercício do Jornalismo e da Comunicação Empresarial.
2. Na componente do Direito, reconhecer e fazer uma análise jurídica básica dos múltiplos problemas jurídicos característicos da Comunicação Social e da legislação aplicável.

Conteúdos Programáticos

1. Ética
 - 1.A.Noções de Ética
 - 1.B.Códigos e Auto Regulação
 - 1.C.Ética no Jornalismo
 - 1.D.Ética na Comunicação Audiovisual
 - 1.E.Ética nas RP e na Assessoria de Imprensa
 - 1.F.Ética na Publicidade.

- 2.Direito da Comunicação
- 2.A.Fontes do Dto da CS
- 2.B.Dto dos Jornalistas
- 2.C.Liberdade de Empresas Garantias de Independência,
- 2.D.Pluralismo
- 2.E.Limites à Liberdade de Com.Social 2.F.Publicida

Conteúdos Programáticos (detalhado)

Ética e Deontologia

- 1. Noções de Ética e contextualização teórica
- 2. Códigos de Ética, Códigos Deontológicos e Auto Regulação (Livros de Estilo, Provedores, Conselhos de Redação)
- 3.Ética e Deontologia no Jornalismo: análise de casos
- 4. Ética na Comunicação Audiovisual: análise de casos
- 5. Ética nas Relações Públicas e na Assessoria de Imprensa: análise de casos
- 6. Ética na Publicidade

Direito da Comunicação

CAPÍTULO I

FONTES DO DIREITO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 1. A Constituição da República Portuguesa - Princípios e Direitos Fundamentais
- 2. Convenções Internacionais
- 3. Direito Comunitário
- 4. Direito Interno

CAPÍTULO II

OS DIREITOS DOS JORNALISTAS

- 1. A liberdade de expressão e de informação
- 2. O Direito de acesso às Fontes de Informação
- 3. O Direito de sigilo profissional
- 4. A garantia de independência
- 5. O direito de participação
- 6. Liberdade de expressão e de criação
- 6.1. Regime geral do direito de autor
- 6.2. O direito de autor e a proteção de obras jornalísticas

CAPÍTULO III

A LIBERDADE DE EMPRESA

- 1. O direito à livre criação de jornais
- 2. O direito à criação de empresas de radiodifusão sonora televisiva

CAPÍTULO IV

GARANTIAS DE INDEPENDÊNCIA E PLURALISMO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 1. Os princípios fundamentais
- 2. O serviço público de rádio e televisão

CAPÍTULO V

LIMITES À LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 1. Infrações cometidas através da Comunicação Social –

- 1.1. Responsabilidade Criminal, Civil e Contraordenacional
- 1.2. Responsabilidade disciplinar dos Jornalistas
2. O direito de resposta e retificação
3. Os limites positivos e negativos à liberdade de programação

CAPÍTULO VI

PUBLICIDADE

1. Noção e modalidades da comunicação comercial audiovisual.
2. Princípios gerais da publicidade e restrições ao seu conteúdo e objeto.
3. Publicidade na televisão e na rádio.

Metodologias de avaliação

AVALIAÇÃO POR FREQUÊNCIA:

Módulo de Ética:

- Prova escrita (50%)

Módulo de Direito:

- Uma prova escrita (50%)

O/A estudante obtém aprovação à UC, estando dispensado/a de Exame, de acordo com o disposto nos Pontos 11 e 12, do Artigo 11º, do regulamento Académico do IPT.

AVALIAÇÃO POR EXAME (Normal, Recurso e Especial):

Prova escrita: 100%

O/A estudante obtém aprovação à UC, de acordo com o disposto nos Pontos 11 e 12, do Artigo 11º, do regulamento Académico do IPT.

NOTAS IMPORTANTES:

Em qualquer das épocas de avaliação, para aprovação à UC o/a estudante, tem de obter a nota mínima de 10 em cada um dos módulos (Ética e Direito), resultando a nota final da média ponderada dos dois módulos (50%+50%).

Software utilizado em aula

Não aplicável.

Estágio

Não aplicável.

Bibliografia recomendada

- Arons de Carvalho, A. e Baptista, C. (2018). *Ética Jornalística para o Séc. XXI*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra
- Camponez, C. (2011). *Deontologia do Jornalismo*. Almedina. Coimbra
- Faustino, P. (2007). *Ética e responsabilidade social dos Média*. Formal Press. Odivelas
- Fidalgo, J. (2007). *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. CECS. Braga
- Figueiredo, J. e Arons de Carvalho, A. e Cardoso, A. (2012). *Direito da Comunicação Social*. Texto. Lisboa
- Sampaio da Silva, R. e Patrão Neves, M. (2017). *Ética aplicada à Comunicação Social*. Edições 70. Lisboa
- Vários, A. (2007). *Direito da Comunicação Social - Lições*. Almedina. Coimbra

Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos

Os conteúdos programáticos abrangem temáticas de enquadramento teórico, o que permite concretizar o objetivo de introduzir os estudantes nas questões éticas e jurídicas relativas ao campo da comunicação. Serão privilegiadas questões concretas, no campo das profissões no âmbito da Comunicação Social e da Comunicação Empresarial. No campo do Direito, analisam-se os princípios e direitos fundamentais, liberdade de imprensa, fontes do direito da comunicação social e direitos e deveres no exercício da atividade. No campo da Ética, abordam-se questões relacionadas com os deveres e as responsabilidades. Os temas selecionados têm como preocupação de fundo a ideia de que os estudantes, futuros profissionais do Jornalismo e da Comunicação Empresarial, serão confrontados com práticas que se cruzam, pelo que se exige o conhecimento mútuo do que é ética e juridicamente aceitável ou não.

Metodologias de ensino

A matéria será apresentada de forma expositiva, com recurso a bibliografia, códigos, regulamentos, artigos de opinião e conteúdos publicados nos Média e nas Redes Sociais. Consulta e análise de legislação. Discussão de casos práticos.

Coerência das metodologias de ensino com os objetivos

As metodologias adotadas permitem estabelecer a ponte entre a teoria e a prática através da identificação de diferentes questões éticas e jurídicas, do ponto de vista teórico, seguindo-se a análise de casos concretos e a determinação da solução jurídica de acordo com a respetiva legislação aplicável, assim como de possíveis soluções éticas e deontológicas.

Língua de ensino

Português

Pré-requisitos

Não aplicável.

Programas Opcionais recomendados

Não aplicável.

Observações

Em situações de cópia ou plágio, nas provas/trabalhos de avaliação, aplica-se o artº 21º do Regulamento Académico das Escolas do IPT.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- 4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
 - 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;
 - 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
 - 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
 - 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso á justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
-

Docente responsável
